



ICMBio
Analista Ambiental

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	4
Domínio da ortografia oficial.....	22
Domínio dos mecanismos de coesão textual: Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual..	23
Emprego de tempos e modos verbais.....	27
Domínio da estrutura morfosintática do período: Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	29
Emprego das classes de palavras.....	34
Emprego dos sinais de pontuação.....	45
Concordância verbal e nominal.....	49
Regência verbal e nominal.....	51
Emprego do sinal indicativo de crase.....	54
Colocação dos pronomes átonos.....	55
Reescritura de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	57
Significação das palavras.....	59
Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero.....	60
Questões.....	78
Gabarito.....	83

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública: Conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios.....	1
Direito administrativo: Conceito, fontes e princípios.....	6
Ato administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; Invalidação, anulação e revogação; Prescrição.....	11

SUMÁRIO



Agentes administrativos: Investidura e exercício da função pública; Direitos e deveres dos funcionários públicos; regimes jurídicos; Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais) e alterações: regime disciplinar (deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades).....	33
Processo administrativo; Conceito, princípios, fases e modalidades; Lei nº 9.784/1999 (regula o processo administrativo no âmbito da administração pública).....	88
Poderes da administração: Vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; uso e abuso de poder	105
Princípios básicos da administração	115
Responsabilidade civil da administração: Evolução doutrinária e reparação do dano; Enriquecimento ilícito	122
Serviços públicos: Conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação.....	125
Organização administrativa: Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada; Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista ...	143
Controle e responsabilização da administração: Controle administrativo; Controle judicial; Controle legislativo.....	149
Responsabilidade civil do Estado.....	158
Licitações e contratos administrativos; Lei nº 14.133/2021.....	165
Decreto nº 9.991/2019 (Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP)...	286
Decreto nº 7.133/2010 (avaliação de desempenho institucional e individual)	294
Lei nº 13.019/2014 e Lei nº 13.204/2015 (regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil	308
Questões	353
Gabarito.....	358

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções de sistema operacional Windows. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	1
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office 365)	23
Redes de computadores. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de navegação (Microsoft Edge, Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome). Sítios de busca e pesquisa na Internet ...	31
Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird).....	37
Grupos de discussão.....	40
Redes sociais	43
Computação na nuvem (cloud computing).....	46
Segurança da informação: Procedimentos de segurança	50
Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).....	53

SUMÁRIO



Procedimentos de backup	57
Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).....	59
Governo Digital.....	60
Transparência e imparcialidade no uso de inteligência artificial no serviço público.....	61
Questões	62
Gabarito.....	71

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Ética e moral.....	1
Ética, princípios e valores.....	2
Ética e democracia: exercício da cidadania	3
Ética e função pública; Ética no setor público; Código de Ética Profissional do Serviço Público - Decreto nº 1.171/1994.....	4
Lei nº 8.429/1992: disposições gerais, atos de improbidade administrativa	9
Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	24
Questões	30
Gabarito.....	32

ECOLOGIA, CONSERVAÇÃO E MANEJO DA BIODIVERSIDADE

Fragmentação, efeito de borda e perda de biodiversidade.....	1
Corredores ecológicos, dispersão de fauna e flora e trocas genéticas.....	2
Conservação e manejo de populações e de metapopulações in situ e ex situ	4
Introduções indesejadas de espécies exóticas ou alóctones e seus efeitos sobre populações e comunidades em ambientes naturais; noções de manejo de espécies exóticas invasoras.....	9
Estratégias para conservação da diversidade biológica: hotspots (áreas de alta biodiversidade) e centros de endemismos.....	16
Estratégias de conservação de habitats e de espécies	20
Avaliação do risco de extinção das espécies e instrumentos de planejamento para a conservação das espécies ameaçadas de extinção	20
Estrutura de populações e manejo sustentável de fauna na natureza e em semiliberdade.....	22
Estatística paramétrica e não paramétrica.....	24
Ecologia da paisagem	26

SUMÁRIO



Biomassas e fitofisionomias brasileiros: características e evolução da fauna e da flora.....	28
Desenvolvimento econômico do país e conservação da biodiversidade	33
Decreto nº 4.339/2002 (Política nacional da biodiversidade).....	40
Convenção sobre diversidade biológica, promulgada pelo decreto nº 2.519/1998.....	64
Acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.....	64
Lei nº 13.123/2015 E decreto nº 8.772/2016.....	67
Lei nº 5.197/1967 (Proteção à fauna).....	122
Serviços ecossistêmicos	126
Mudanças climáticas e estratégias de mitigação e adaptação à mudança do clima	128
Gerenciamento costeiro	129
Desertificação.....	131
Questões	132
Gabarito.....	138

BIODIVERSIDADE, ZOOLOGIA, BOTÂNICA E HISTÓRIA NATURAL

Biodiversidade conhecida e desconhecida no Brasil.....	1
Classificação e taxonomia animal e vegetal.....	2
Fatores biológicos determinantes de riscos de extinção.....	9
Radiação evolutiva (evolução filogenética e filogeografia)	11
Questões	12
Gabarito.....	17

RECURSOS FLORESTAIS

Lei nº 12.651/2012 E lei nº 12.727/2012 E suas alterações	1
Lei nº 11.284/2006 (Títulos i, ii e iii e v).....	39
Resolução conama nº 378/2006 e suas alterações	63
Resolução conama nº 379/2006 e complementações	64
Manejo florestal sustentável; noções de valoração ambiental e florestal	69
Recuperação de áreas degradadas	71
Manejo e gestão de bacias hidrográficas.....	72
Aquecimento global e sequestro de carbono	74



Desmatamento e corte seletivo	76
Conversão de floresta	78
Sistemas agroflorestais	81
Compensação de reserva legal.....	85
Pagamento sobre serviços ambientais e crédito de carbono.....	88
Questões	91
Gabarito.....	96

PROTEÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL

Monitoramento ambiental: conceitos, objetivos e suas aplicações no monitoramento de solo, ar, água, fauna, flora e ecossistemas; monitoramento do uso de recursos naturais por povos e comunidades tradicionais	1
Instrumentos de gestão previstos no snuc e proteção da biodiversidade, manejo integrado do fogo e direitos legalmente assegurados a povos e comunidades tradicionais	4
Noções de cartografia, navegação, sistemas de informação geográfica, sensoriamento remoto, imageamento e interpretação de mapas.....	8
Lei nº 9.605/1998	12
Decreto nº 6.514/2008.....	26
Questões	58
Gabarito.....	63

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC)

Gestão e manejo de uc; licenciamento ambiental; avaliação e mitigação de impactos ambientais; tipos de estudos ambientais no licenciamento; lei complementar nº 140/2011; instrumentos da política nacional do meio ambiente (lei nº 6.938/1981)	19
Resolução conama nº 001/1986	22
Resolução conama nº 237/1997	31
Resolução conama nº 428/2010	33
Questão fundiária e suas relações com o snuc.....	36
Uso público, parcerias público-comunitárias, turismo e visitação em unidades de conservação.....	38
Conhecimento tradicional, extrativismo e sustentabilidade socioambiental.....	41
Conhecimento tradicional, extrativismo e sustentabilidade socioambiental.....	44
Noções de pedologia, ciclagem de nutrientes e classificação de solos.....	47
Noções de geologia, geomorfologia e hidrologia	47

SUMÁRIO



Lei nº 9.985/2000 E decreto nº 4.340/2002.....	50
Decreto nº 5.758/2006 (Plano estratégico nacional de áreas protegidas - pnap).....	54
Lei nº 9.790/1999 (Gestão compartilhada com oscip).....	75
Lei nº 11.079/2004 (Parcerias público-privadas).....	91
Lei nº 8.987/1995 E suas alterações (concessão e permissão da prestação de serviços públicos).....	96
Lei nº 14.133/2021 (Licitações e contratos administrativos).....	107
Art. 225 Da cf (gestão ambiental pública).....	119
Lei nº 14.944/2024 (Política nacional de manejo integrado do fogo).....	193
Questões.....	194
Gabarito.....	208

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Constituição da república federativa do brasil de 1988 (artigos 1º ao 5º, art. 215, Art. 216, Art. 231, Art. 232 E art. 68 Do ato das disposições constitucionais transitórias - adct).....	1
Decreto nº 4.887/2003 (Reconhecimento e titulação de territórios quilombolas).....	8
Convenção nº 169/1989 da organização internacional do trabalho (oit) sobre povos indígenas e tribais.....	12
Programa nacional de educação ambiental (pronea).....	21
Decreto nº 10.088/2019.....	23
Decreto nº 7.747/2012 (Pngati).....	34
Lei nº 11.516/2007.....	39
Lei nº 9.795/1999 E decreto nº 4.281/2002 (Política nacional de educação ambiental - pnea).....	44
Lei nº 12.512/2011 E decreto nº 7.572/2011 (Bolsa verde).....	52
Decreto nº 6.040/2007 (Política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais - pnpct).....	65
Políticas de promoção das cadeias de sociobiodiversidade.....	65
Questões.....	73
Gabarito.....	79

SUMÁRIO



LEGISLAÇÕES

Lei nº 11.516/2007 (Criação do icmbio) e decreto nº 12.258/2024 (Estrutura regimental do icmbio).....	1
Lei nº 10.410/2002 (Cria a carreira de especialista em meio ambiente).....	10
Lei nº 9.985/2000 (Sistema nacional de unidades de conservação - snuc) e decreto nº 4340/2002.....	16
Lei nº 6.938/1981 E suas alterações (política nacional do meio ambiente).....	37
Lei nº 8.987/1995 (Regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos); instrução normativa nº 4/gabin/icmbio, de 15 de fevereiro de 2024.....	47
Lei nº 13.668/2018 (Destinação e aplicação dos recursos de compensação ambiental).....	69
Lei nº 13.019/2014 (Parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil).....	71
Lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais).....	71
Lei nº 12.527/2011 E decreto nº 7.724/2012 (Acesso a informações).....	94
Lei nº 14.944/2024 (Política nacional de manejo integrado do fogo).....	124
Questões.....	138
Gabarito.....	142

CONTEÚDO ESPECÍFICO DA PROVA DISCURSIVA

Participação social e exercício da cidadania.....	1
Conhecimentos tradicionais e sociobiodiversidade.....	5
Serviços ambientais.....	8
Emergências climáticas.....	9
Áreas protegidas.....	11
Conservação da biodiversidade.....	13
Bioeconomia.....	14
Serviços ecossistêmicos.....	16
Turismo em áreas protegidas.....	18
Proteção ambiental.....	20
Manejo integrado do fogo.....	21
Parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil.....	23

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





— Estado

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas romana*. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

— **Povo:** Elemento legítima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispõe expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispendo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

— **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.



O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

– **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.

– **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.

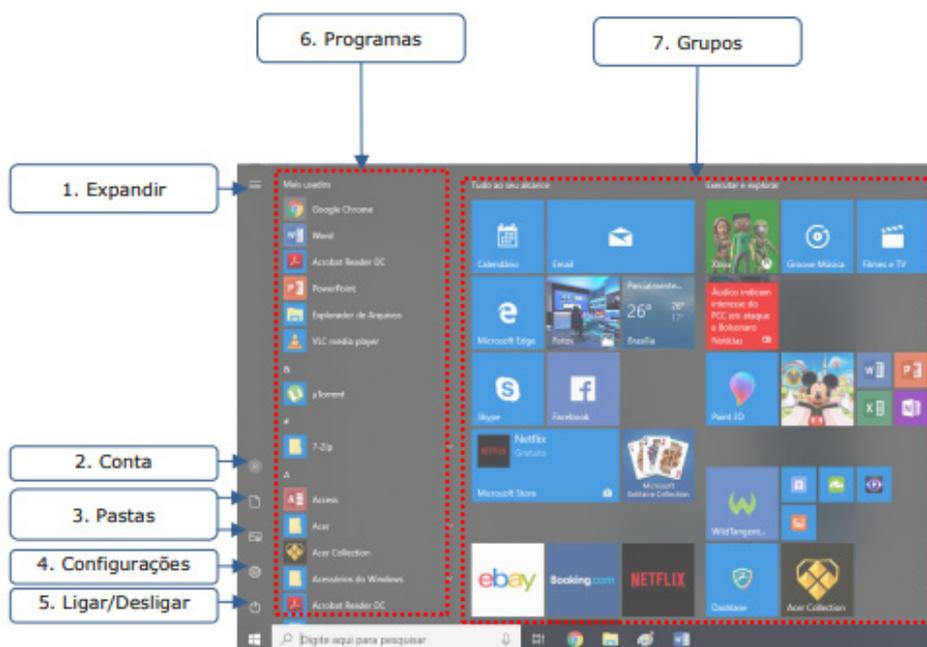
– **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.

– **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar



Os conceitos fundamentais da existência humana são ética, moral e condição humana.

A ética é uma área filosófica que estuda princípios morais que moldam o comportamento humano, visando compreender o que é bom e ruim, o que é certo e errado, e como agir em diferentes situações.

A ética descritiva e normativa tem como foco compreender como as pessoas realmente agem e o que consideram moralmente correto. Relatividade moral e absoluto são duas teorias éticas diferentes.

Existem vários princípios éticos, como o utilitarismo, a deontologia, a virtude e a ética do cuidado. Essas teorias propõem diferentes princípios para orientar o comportamento humano, como o utilitarismo, a deontologia, a virtude e a ética do cuidado. Os dilemas éticos são situações complexas em que os princípios éticos podem entrar em conflito, dificultando a determinação de ações moralmente corretas.

A ética profissional possui códigos de ética que estabelecem padrões de comportamento para seus membros, especialmente em áreas como medicina, advocacia e jornalismo. Já a ética ambiental tem como foco a relação entre o ser humano e o meio ambiente, promovendo a responsabilidade e a sustentabilidade. A responsabilidade ética envolve a ideia de que indivíduos e organizações têm a responsabilidade de agir eticamente e considerar o impacto de suas ações na sociedade.

É um campo complexo e com diferentes perspectivas sobre o que é ético em situações específicas. O estudo da ética é fundamental para promover reflexão e decisões morais informadas, ajudando a criar sociedades mais justas e compassivas.

As normas culturais podem variar significativamente, levando a questionamentos sobre o respeito à diversidade cultural, mantendo princípios éticos fundamentais.

Moral é o conjunto de valores e normas que regem a conduta de uma pessoa ou grupo social, influenciados por fatores como religião, cultura, educação e família.

Alguns dos valores morais mais importantes incluem: o respeito à vida, justiça, liberdade, igualdade, honestidade e compaixão. Os valores morais, partilhados pela sociedade, criam um sentido de ordem e coesão social.

A condição humana é o conjunto de características e atributos que definem o ser humano, determinada por fatores biológicos, psicológicos e sociais. Alguns aspectos importantes da condição humana são a capacidade de pensar, sentir emoções, comunicar, criar e amar.

Relação entre elas:

Ética, moral e condição humana estão interligadas, sendo a ética o estudo dos princípios morais que norteiam a conduta humana, sendo a moral o conjunto de valores e normas que regem essa conduta.

A condição humana é o contexto em que a ética e a moral se desenvolvem. É a nossa capacidade de pensar, sentir, comunicar, criar e amar que nos permite desenvolver valores morais e agir eticamente.

Por exemplo, o valor moral de respeitar a vida baseia-se na nossa capacidade de sentir empatia pelos outros e reconhecer a sua dignidade.

O valor moral da justiça baseia-se no nosso pensamento crítico e na identificação do que é justo e do que é injusto.

Já o valor moral da liberdade é baseado na nossa capacidade de escolher os nossos próprios caminhos e viver de acordo com os nossos valores.

A ética e a moral são fundamentais para a vida humana, ajudando-nos a viver de maneira harmoniosa e justa em sociedade, além de realizar nosso potencial como seres humanos.



Efeito de Borda em Fragmentos Florestais

O efeito de borda refere-se às alterações nas áreas periféricas dos fragmentos florestais devido ao contato com a matriz circundante. A substituição de extensas áreas de vegetação nativa por ecossistemas modificados resulta em fragmentos isolados, muitas vezes cercados por paisagens antropizadas, como pastagens ou campos agrícolas.

Formação da Borda Florestal

A origem dos fragmentos vegetais implica na criação de bordas florestais, que são zonas de contato entre o fragmento e a matriz ao redor. Essas áreas sofrem modificações em seus parâmetros físicos, químicos e biológicos, como a disponibilidade de energia e o fluxo de organismos entre os ambientes.

Tipos de Efeito de Borda

Os efeitos de borda são classificados em:

- Efeitos abióticos: Alterações em fatores climáticos, como maior exposição a ventos, altas temperaturas, baixa umidade e intensa radiação solar. Essas condições impactam mais intensamente as áreas próximas às bordas.

- Efeitos biológicos diretos: Mudanças na abundância e distribuição de espécies, influenciadas pelos fatores abióticos. Por exemplo, o aumento da densidade de plantas devido à maior radiação solar que favorece a produtividade primária.

- Efeitos biológicos indiretos: Alterações nas interações entre espécies, incluindo predação, competição, herbivoria, dispersão de sementes e polinização.

Consequências do Efeito de Borda

A fragmentação florestal pode causar diversos impactos negativos:

- Adaptação das espécies: Árvores que anteriormente ocupavam o interior da floresta passam a estar expostas às condições de borda, como maior luminosidade e mudanças de temperatura, o que podem levá-las à morte.

- Extinção progressiva: A morte das árvores nas bordas pode desencadear um processo contínuo de destruição, potencialmente levando à extinção do fragmento remanescente.

- Invasões biológicas: Plantas invasoras, como capins, trepadeiras e espécies rasteiras, frequentemente colonizam fragmentos florestais, interferindo no crescimento e desenvolvimento das espécies nativas.

Fragmentos menores e mais isolados são particularmente suscetíveis ao efeito de borda, que podem penetrar até 500 metros no interior da mata, transformando pequenos fragmentos específicos em áreas de borda.

Perda de Biodiversidade

A fragmentação florestal intensifica a pressão sobre a biodiversidade. As alterações nas bordas influenciam tanto a flora quanto a fauna local.

- Mudanças na cadeia alimentar: A entrada de espécies invasoras e a extinção de espécies nativas causam desequilíbrios ecológicos, impactando a sobrevivência de animais silvestres.

- Migração e mortalidade animal: Muitos animais migram para áreas adjacentes ou morrem devido à perda de habitat.



O Brasil é reconhecido mundialmente como um dos países mais ricos em biodiversidade, abrigando uma imensa variedade de espécies, ecossistemas e recursos naturais. Com seus biomas diversificados, como a Amazônia, o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga, os Pampas e o Pantanal, o território brasileiro concentra cerca de 20% das espécies conhecidas no planeta. No entanto, a biodiversidade brasileira não se limita ao que já foi identificado e catalogado. Estima-se que uma parte significativa da riqueza biológica do país ainda permaneça desconhecida, aguardando ser descoberta em ambientes naturais ainda pouco explorados.

A biodiversidade conhecida no Brasil é impressionante. Dados atualizados indicam que o país abriga aproximadamente 120 mil espécies de animais e cerca de 46 mil espécies de plantas, além de milhares de fungos, algas e microorganismos. A Amazônia, o maior bioma brasileiro e uma das maiores florestas tropicais do mundo, é um símbolo dessa riqueza, contendo milhões de espécies, muitas das quais são exclusivas dessa região. Espécies emblemáticas como o boto-cor-de-rosa, o jacaré-açu e as seringueiras são apenas uma amostra da diversidade que define o bioma amazônico.

Outros biomas brasileiros também apresentam biodiversidade notável. O Cerrado, por exemplo, é considerado a savana mais rica do mundo, com uma flora extremamente diversa e muitas espécies adaptadas a condições de seca e fogo. A Mata Atlântica, embora fragmentada, ainda abriga espécies endêmicas como o mico-leão-dourado e diversas bromélias. O Pantanal, por sua vez, é um santuário para a observação da fauna, com jacarés, capivaras e onças-pintadas convivendo em um dos maiores ecossistemas alagados do planeta.

Apesar da imensidão do conhecimento acumulado sobre a biodiversidade brasileira, uma parte substancial desse patrimônio natural ainda é desconhecida. Muitos ambientes, especialmente os de difícil acesso, permanecem inexplorados por cientistas. Regiões remotas da Amazônia, cavernas profundas, a biodiversidade marinha em áreas de grande profundidade e microecossistemas em bromélias ou solos específicos são exemplos de lugares onde a descoberta de novas espécies é frequente.

Estudos recentes apontam que, para cada espécie conhecida, podem existir outras centenas ainda não descritas. Em um levantamento realizado na Amazônia, por exemplo, descobriu-se que uma nova espécie de planta é descrita a cada dois dias. Entre os insetos, a subestimação da biodiversidade é ainda maior: muitos gêneros possuem milhares de espécies desconhecidas, especialmente em grupos como besouros, formigas e borboletas.

Além da fauna e da flora, a biodiversidade microbiana também é um campo promissor. O solo amazônico, por exemplo, abriga uma vasta gama de microrganismos com potenciais usos em biotecnologia, medicina e agricultura, mas que ainda são pouco estudados. Esses microrganismos podem conter compostos químicos capazes de combater doenças, degradar poluentes ou melhorar a produtividade agrícola, reforçando a importância de explorar esse universo invisível.

A biodiversidade desconhecida no Brasil representa não apenas um desafio científico, mas também uma oportunidade. A descoberta de novas espécies pode levar ao desenvolvimento de medicamentos, tecnologias e produtos sustentáveis que beneficiem a sociedade. No entanto, a falta de investimento em pesquisa e conservação limita a capacidade de explorar e proteger esse patrimônio. Muitos habitats ricos em biodiversidade estão ameaçados antes mesmo de serem estudados, devido ao desmatamento, à expansão agrícola e às mudanças climáticas.

Outro desafio é a necessidade de equilibrar o conhecimento tradicional com as descobertas científicas. Comunidades indígenas e populações tradicionais possuem um vasto repertório de saberes sobre as espécies e os ecossistemas que habitam, mas muitas vezes esse conhecimento é ignorado ou subestimado. Integrar esses saberes ao esforço científico é fundamental para uma abordagem mais inclusiva e eficaz na preservação da biodiversidade.

**LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012**

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º (VETADO).

Art. 1º-A. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

Parágrafo único. Tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, esta Lei atenderá aos seguintes princípios: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

I - afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

II - reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

III - ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

IV - responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

V - fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

VI - criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

Art. 2º As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

§ 1º Na utilização e exploração da vegetação, as ações ou omissões contrárias às disposições desta Lei são consideradas uso irregular da propriedade, aplicando-se o procedimento sumário previsto no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, sem prejuízo da responsabilidade civil, nos termos do § 1º do art. 14 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e das sanções administrativas, civis e penais.



Conceitos e Objetivos do Monitoramento Ambiental

O monitoramento ambiental é um processo sistemático de observação, medição e análise dos elementos naturais e das condições ambientais para avaliar a qualidade e o estado dos ecossistemas ao longo do tempo. Por meio do uso de parâmetros físicos, químicos e biológicos, o monitoramento busca compreender como atividades humanas e mudanças naturais afetam o equilíbrio ambiental e a disponibilidade de recursos essenciais.

Esse conceito abrange uma abordagem integrada, que considera tanto os elementos individuais, como solo, água, ar, fauna e flora, quanto os ecossistemas como um todo. O monitoramento ambiental não se limita à observação passiva, mas é uma ferramenta ativa para orientar decisões e ações voltadas à conservação, à recuperação de áreas degradadas e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Entre os objetivos principais do monitoramento ambiental estão:

- **Avaliação da Qualidade Ambiental:** identificar mudanças na qualidade do solo, água, ar e vegetação, avaliando os impactos de poluentes, desmatamento ou mudanças climáticas. Essa análise é essencial para a manutenção da saúde ambiental e humana.

- **Identificação de Impactos de Atividades Humanas:** compreender os efeitos de empreendimentos como agricultura, mineração, urbanização e indústria, ajudando a prever riscos e a minimizar danos.

- **Subsídio à Gestão e Planejamento Ambiental:** fornecer dados confiáveis para embasar políticas públicas, zoneamento ambiental e decisões de licenciamento de atividades econômicas.

- **Prevenção e Mitigação de Desastres:** antecipar problemas como erosão, contaminação hídrica ou atmosférica e perda de biodiversidade, permitindo ações preventivas ou corretivas.

- **Garantia do Cumprimento da Legislação Ambiental:** monitorar a conformidade de empreendimentos e atividades humanas com normas estabelecidas por órgãos reguladores, como CONAMA e IBAMA, garantindo a aplicação da legislação e a preservação dos recursos naturais.

- **Proteção de Povos e Comunidades Tradicionais:** registrar como as comunidades dependem e utilizam os recursos naturais, promovendo sua conservação e a valorização de saberes tradicionais que contribuem para o equilíbrio ambiental.

Além desses objetivos, o monitoramento ambiental assume um papel estratégico na implementação de acordos e metas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os compromissos do Acordo de Paris. Ele permite o acompanhamento de indicadores essenciais, como a redução de emissões de gases de efeito estufa, o controle do desmatamento e a recuperação de áreas degradadas.

O monitoramento ambiental, portanto, é um instrumento indispensável para proteger os recursos naturais, sustentar a biodiversidade e assegurar o bem-estar das gerações atuais e futuras. Suas aplicações práticas abrangem desde a gestão local até a avaliação de mudanças globais, tornando-o um componente essencial das estratégias de sustentabilidade e conservação.

Aplicações no Monitoramento de Solo, Ar, Água, Fauna, Flora e Ecossistemas

O monitoramento ambiental se aplica a diferentes componentes naturais, como solo, ar, água, fauna, flora e ecossistemas. Cada um desses elementos exige abordagens específicas, métodos técnicos e tecnologias adaptadas, que possibilitam identificar alterações, impactos e oportunidades de conservação. A seguir, são detalhadas as principais aplicações para cada componente ambiental.



GESTÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A gestão e o manejo de Unidades de Conservação (UCs) são atividades fundamentais para assegurar a proteção da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais. No Brasil, essas áreas são regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, que organiza as UCs em categorias distintas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Enquanto as primeiras priorizam a conservação absoluta dos ecossistemas, permitindo apenas atividades indiretas como pesquisa científica e ecoturismo, as segundas conciliam a conservação ambiental com práticas de uso racional dos recursos pelas comunidades locais.

O manejo das UCs é orientado por instrumentos técnicos e administrativos que garantem a preservação dos ecossistemas e a compatibilização das atividades humanas com os objetivos de conservação. O plano de manejo é o principal desses instrumentos, sendo obrigatório para todas as UCs. Esse documento técnico estabelece diretrizes para o uso da área e a proteção dos recursos naturais, identificando as zonas de preservação, recuperação e uso controlado. Por exemplo, em um parque nacional, o plano pode delimitar trilhas para visitação pública e áreas restritas para proteção de espécies ameaçadas. Já em uma Reserva Extrativista (Resex), o plano organiza atividades como coleta de frutos e manejo florestal comunitário, assegurando a sustentabilidade dessas práticas.

Outro aspecto central na gestão de UCs é o zoneamento ambiental, que divide a área protegida em zonas com diferentes graus de restrição e uso permitido. Essa segmentação ajuda a equilibrar conservação e uso sustentável, minimizando os conflitos entre objetivos ambientais e econômicos. Em uma Área de Proteção Ambiental (APA), por exemplo, o zoneamento pode incluir áreas urbanizadas, agrícolas e de preservação, promovendo a ordenação territorial.

A participação social é outro pilar da gestão das UCs, viabilizada por meio dos conselhos gestores. Esses conselhos, compostos por representantes de comunidades locais, ONGs, governos e setor privado, garantem a transparência na tomada de decisões e permitem que as populações tradicionais sejam incluídas no manejo das áreas protegidas. Essa abordagem participativa é particularmente relevante em categorias como Resex e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), onde as comunidades locais desempenham um papel ativo na conservação ambiental e no manejo sustentável dos recursos naturais.

Além disso, a gestão eficaz das UCs depende de ações contínuas de fiscalização e monitoramento para evitar práticas ilegais, como desmatamento, caça e mineração. O uso de tecnologias como drones, imagens de satélite e sistemas de georreferenciamento tem ampliado a capacidade de detectar e combater atividades irregulares, contribuindo para a integridade dessas áreas protegidas.

A gestão e o manejo de UCs são práticas integradas que envolvem planejamento técnico, participação social e monitoramento constante. Esses esforços não apenas asseguram a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, mas também promovem o equilíbrio entre a proteção ambiental e o desenvolvimento socioeconômico, reforçando a importância estratégica das UCs no enfrentamento dos desafios ambientais contemporâneos.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

O licenciamento ambiental é um instrumento de controle preventivo estabelecido pela Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. Ele visa assegurar que atividades humanas com potencial de causar impactos ao meio ambiente sejam planejadas e executadas de forma a minimizar danos e respeitar os limites de sustentabilidade. Esse processo é essencial para o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental, sendo aplicado em empreendimentos como indústrias, usinas hidrelétricas, estradas e projetos de mineração.



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

**LEI Nº 11.516, DE 28 DE AGOSTO DE 2007**

Prezado (a), o tema citado acima já foi abordado em tópicos anteriores.

Bons estudos!

DECRETO Nº 12.258, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo III, os seguintes Cargos Comissionados Executivos – CCE e Funções Comissionadas Executivas – FCE:

I - do Instituto Chico Mendes para a Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos:

- a) dois CCE 1.15;
- b) sete CCE 1.13;
- c) dez CCE 1.10;
- d) quatro CCE 1.07;
- e) três CCE 1.05;
- f) cinquenta e duas FCE 1.02;
- g) quatro FCE 1.01; e
- h) três FCE 4.05; e

II - da Secretaria de Gestão e Inovação para o Instituto Chico Mendes:

- a) duas FCE 1.15;
- b) nove FCE 1.13;
- c) vinte e seis FCE 1.10;
- d) cinquenta FCE 1.07; e
- e) noventa e seis FCE 1.05.

Art. 3º Ficam transformados CCE e FCE, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, na forma do Anexo IV.

Art. 4º Aplica-se o disposto nos art. 14 e art. 15 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e nos art. 11 a art. 14 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, quanto:

- I - ao registro de dados no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – Siorg;
- II - aos prazos para apostilamentos;
- III - ao regimento interno;



Conteúdo Específico Da Prova Discursiva

A participação social é a atuação direta ou indireta da sociedade civil nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Trata-se de um mecanismo essencial para a efetivação da democracia, pois amplia a transparência e a legitimidade das ações governamentais, permitindo que o cidadão contribua para a gestão pública e exerça o controle social.

Na administração pública brasileira, a participação social foi amplamente incentivada após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu o protagonismo da sociedade civil na construção de um Estado mais democrático e participativo. Tal modelo vai além do exercício do voto e da representação política, abarcando formas diversas de engajamento, como consultas públicas, audiências, conselhos e comitês de políticas públicas.

NATUREZA E IMPORTÂNCIA

A participação social representa a materialização do princípio da soberania popular. Por meio dela, o cidadão pode expressar suas demandas, opiniões e prioridades, influenciando as decisões do Estado e garantindo que as políticas públicas reflitam os interesses coletivos.

Além disso, a participação social promove:

- **Maior Eficiência Administrativa:** com a inclusão de diversos pontos de vista, as políticas públicas tendem a ser mais assertivas e ajustadas às reais necessidades da população.
- **Controle Social:** a presença ativa da sociedade no monitoramento das ações governamentais dificulta práticas de corrupção e desvio de finalidade.
- **Empoderamento Cidadão:** ao participar, os indivíduos fortalecem seu papel como agentes transformadores, assumindo corresponsabilidade pelas decisões públicas.

Exemplo: No setor da saúde, o Conselho Nacional de Saúde permite que a sociedade civil participe da definição das prioridades no Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo uma gestão mais transparente e eficaz.

MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO

A participação social pode ocorrer de forma direta ou indireta, dependendo da interação entre cidadãos e Estado.

Participação Direta:

Os cidadãos atuam diretamente em processos de decisão ou formulação de políticas públicas, por meio de:

- **Audiências Públicas:** convocadas para debater propostas de leis, projetos de infraestrutura ou alterações em políticas públicas.
- **Consultas Públicas:** ferramentas digitais ou presenciais que coletam sugestões da sociedade sobre temas específicos.
- **Conselhos e Comitês:** órgãos consultivos ou deliberativos compostos por representantes da sociedade civil e do governo.

Participação Indireta:

Acontece por meio da escolha de representantes em eleições, como parlamentares e prefeitos, que atuam em nome do povo na gestão pública. Embora seja mediada, a participação indireta também é crucial, pois permite que os cidadãos deleguem suas demandas a líderes que compartilhem de seus valores e interesses.